

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 04 dias do mês de outubro de 2021, às 18 horas e 15 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André e do contador, Evans Beraldo para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprevr> -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/09/2021;
- 2) Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de locação de computadores utilizados pelo Instituto, com término do termo atual em 02/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (A2 Works);
- 3) Deliberação sobre a ratificação para prorrogação do contrato com a empresa prestadora de serviços para captação, leitura e envio de recortes eletrônicos de Diários Oficiais, tanto em âmbito estadual quanto federal, serviço de leitura e clipping eletrônico em todos os estados da federação, com término do termo atual em 29/11/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (GRIFON);
- 4) Deliberação sobre a ratificação da apresentação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022 e o Plano Plurianual do período de 2022/2025;
- 5) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Diz que a reunião está sendo transmitida de maneira ao vivo pelo Youtube para que facilite a participação dos demais servidores. Anunciou a pauta da reunião.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/09/2021 – Eliete pergunta se algum conselheiro conseguiu passar os dados do primeiro tópico da reunião que não foi gravada, se algum conselheiro contribuiu. Sandra diz que

não recebeu a ata com alterações, acredita que ficou da forma como foi passada, sem os dados do primeiro item. Sandra coloca o item em deliberação a ata e é aprovada com unanimidade pelos conselheiros.

Item 02. Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de locação de computadores utilizados pelo Instituto, com término do termo atual em 02/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (A2 Works) – Sandra diz que o André enviou os documentos, previamente, no grupo de WhatsApp, para análise do conselho. Pergunta se alguém tem alguma coisa a dizer sobre os documentos, alguma dúvida a sanar, alguma pergunta a fazer. Conselheiros sinalizam que não. Sandra coloca, então, em deliberação e o item é aprovado com unanimidade pelos conselheiros.

Item 03. Deliberação sobre a ratificação para prorrogação do contrato com a empresa prestadora de serviços para captação, leitura e envio de recortes eletrônicos de Diários Oficiais, tanto em âmbito estadual quanto federal, serviço de leitura e clipping eletrônico em todos os estados da federação, com término do termo atual em 29/11/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (GRIFON) – Sandra diz que trata-se de uma ferramenta de bastante auxílio, principalmente, para a Procuradoria Jurídica do Instituto. Pergunta se alguém tem alguma colocação a fazer sobre esse assunto, se quer tirar alguma dúvida. Diz que viu que, durante o dia, a Eliete fez alguns questionamentos ao André via grupo. Pergunta à Eliete se ela quer ratificar na reunião gravada. Eliete diz que questionou o André se a média de preços era referenciado à Grifon em um outro RPPS e teve a resposta que não. O preço era menor o do Pauliprev. Diz que desconhecem quais são os outros RPPS's. Perguntou se há outras empresas que fazem esse trabalho, o André falou que sim, mas que a Grifon tem uma referência e a gente preza pela qualidade e segurança. Diz que, então, mantemos o aditamento dessa empresa e ainda mais com preço mais acessível comparado a outros RPPS's. Eliete pergunta ao André se seria isso. André diz que é exatamente isso. Diz que a Eliete apresentou as dúvidas, dúvidas pertinentes, diga-se de passagem, porque todo o contrato que vão renovar, aditar, prorrogar, fazem todo um “arcabouço” de tratativas anteriores, então possuem não só a prorrogação pela prorrogação, fazem as cotações, naqueles casos em que, às vezes, possuem alguma dúvida conversam com outros RPPS's que tenham uma característica parecida com a do Instituto, como, por exemplo, Indaiatuba, Hortolândia e Limeira, que foram os casos que conversaram hoje, inclusive, com a Eliete. Há a manifestação dos gestores dos contratos sobre a qualidade e entrega do serviço e todo aquele “arcabouço” de tratativas que fazem em respeito à lei de responsabilidade fiscal e, também, sempre pensando na ótica da fiscalização externa exercida pelo Tribunal de Contas. Diz não saber se o conselho já teve a oportunidade, mas é algo avaliado pelo conselho fiscal por ser ente de fiscalização, mas os contratos do Instituto, tem neles um check list, nesse check list, inclusive, André diz que pede para acrescentar as atas e as pautas das discussões pelo conselho deliberativo, ou seja, pelo conselho administrativo para darem a máxima transparência. Conclui que, então, tem toda uma série de situações. Diz ser importante frisarem algumas coisas: esse contrato serve pra fazerem o acompanhamento em tempo real, com marco temporal de no máximo 48 horas, de todas as publicações que saem com o CNPJ ou o nome do Pauliprev e em qualquer diário eletrônico a nível nacional. Diz que isso tanto serve para Tribunal de Contas, para Ministérios, para Governo e para Tribunal de Justiça, então precisa ser um sistema confiável. Diz que uma das perguntas que Eliete o fez é: existem outras empresas? André diz que sim, existem. Que o conselho confia? Diz que já pesquisaram e nenhuma proposta foi melhor que a da Grifon, então quando vão licitar, fazem toda aquela pesquisa de mercado que sugere uma contratação e, aí, aplicam aquela

modalidade que seja pertinente à contratação, dispensa se for um valor muito baixo ou se for um valor acima da dispensa sempre pregão. Nesse caso específico, utilizaram o critério primeiro da confiabilidade, pois não podem correr o risco, como possuem informações de outros gestores RPPS's, de ficar a mercê das notificações recebidas no próprio RPPS. Dá como exemplo a mudança de endereço eventualmente, não podem correr o risco de que o TJ encaminha uma intimação sobre qualquer motivo para o RPPS no endereço antigo e isso não chegue pra gente. Diz que, por isso, outros RPPS's optam em fazer esse sistema. No nosso caso, André diz que utilizam essa ferramenta e procuram sempre ter essa relação de custo-benefício apropriada para autarquia. Diz que, além do comparativo de preços que foi encaminhado aos conselheiros, ainda conseguem identificar a nossa correlação de valores entre RPPS's de porte parecido com o de Paulínia, sempre do médio porte para mais porque os de pequeno porte, às vezes, nem se utilizam desse tipo de ferramenta. Então essas referências nos apontaram, inclusive, que para essa prorrogação o nosso valor mesmo aplicando o índice IPCA que, infelizmente, tem aumentado bastante. Diz que, ainda assim, conseguimos um valor menor do que o praticado em outros RPPS's o que nos demonstra que, além de toda essa expertise que a empresa nos oferta e da segurança com que a nossa Procuradoria trabalha ante as publicações de tudo que trata a respeito de Pauliprev, ainda a condição econômica pra gente é bastante adequada. Diz que, então, foram essas as perguntas da Eliete que ele espera ter esclarecido no grupo e, agora, deixa também aqui é na reunião gravada para que caso alguém tenha alguma dúvida a partir disso possam responder também. Eliete diz achar importante colocar também que tanto esse contrato como outro, esse mês, no aditamento dos contratos, nós contamos com valor de IPCA, IBGE significativo porque, como falou pro André hoje, ela estava acompanhando o aditamento do primeiro contrato que já, agora, aprovou, teve uma alteração muito grande de 2,89%, 2,44% para 8,99%. Diz, então, que teve um aumento bastante significativo, mas é o índice por lei. André concorda. Diz que os nossos contratos, eles têm que ter um parâmetro e todo o contrato público passível de prorrogação ele tem um parâmetro de reajustamento quando existe a prorrogação no aditamento. Diz que no nosso caso primam pelo IPCA porque é o índice da inflação que ainda assim tem sido menor que o IGPM, que é o índice utilizado por outros órgãos. No nosso caso, via de regra, usa o IPCA, inclusive, para quem acompanha, os economistas que cuidam da macro economia, que cuidam dos índices econômicos nacionais, estão bastante assustados com o IPCA porque ele tem aumentado bastante e é o índice que mede a inflação e todos nós sabemos que a inflação está estourando, ou seja, a Eliete ponderou bem em relação a isso, saímos de um patamar de 2 a 3% nos contratos de 2020 para algo em torno de 8 a 9% em 2021. Diz que estamos falando do índice de julho que é quando a gente começa o processo. Se pegarmos o IPCA acumulado e já divulgado pelo IBGE do mês de agosto esse índice já subiu para 9,36% e ele deve aumentar acima desse percentual até o final do ano. Diz que essa antecipação que fazem, também com relação as tratativas de prorrogação dos contratos, os traz também a possibilidade de fazer um parâmetro até diminuindo esses índices de correção, mas, diz, que a gente não tem como fugir disso. É o índice de reajustamento definido para as contratações por lei, isso é legal e a gente ainda tem utilizado IPCA que é o menor dos índices praticados. Faz uma observação para quando forem discutir a renovação do contrato do aluguel, diz que os conselheiros vão se lembrar que o índice de IGPM naquele período de reajustamento dos aluguéis estava superando ou chegando muito próximo aos 25% da renovação. Diz que tiveram todo um trabalho de estar negociando e esse índice ficou em torno de 10%, que era o IPCA previsto para esse ano, mas que já está sendo superado, ou seja, estão, infelizmente à mercê do que tem acontecido no mercado financeiro nacional e esperam que, nos próximos meses, principalmente, no próximo ano eleitoral, o Ministério da Economia e os seus técnicos consigam segurar junto ao Banco Central esses índices todos porque o prognóstico, infelizmente, não é bom. Diz que

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. B.' and 'P. H. S.']

devemos ter aí mais um ou 2 anos de alta nos preços e isso vai puxar o IPCA para cima e isso impacta diretamente nas nossas contas, nas nossas despesas. Lembra que o inverso, infelizmente, não tem acontecido ao passo que a gente tem um custo maior para tudo aquilo que a gente faz hoje, isso acontece também com os nossos salários, infelizmente, os índices de reajuste, que no nosso caso aqui seria a remuneração do nosso dinheiro, não tem tido essa relação porque a instabilidade do mercado nacional faz com que a única remuneração acima dos índices inflacionários seja no mercado especulativo e no mercado especulativo bolsa de valores a gente não pode arriscar o patrimônio. Diz que, então, a gente fica à mercê dessa volatilidade que acaba impactando nesse reajuste acima do esperado dos nossos contratos. Sandra diz que fez questão de que as perguntas feitas no grupo fossem colocadas, primeiro, porque acha importante que esteja gravado e registrado em ata e, segundo até porque esse pane nas redes sociais, não foi todo mundo que conseguiu ter acesso às perguntas, às dúvidas e é importante que dividam com todos os outros. Sandra coloca o item em deliberação e é aprovado pelos conselheiros com unanimidade.

Item 04. Deliberação sobre a ratificação da apresentação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022 e o Plano Plurianual do período de 2022-2025 – Sandra diz que na reunião passada, o contador do instituto, Evans, fez uma apresentação orçamentária e a apresentação do plano plurianual de 2022-2025 e eles, os conselheiros, acharam melhor que essa apresentação os fosse enviada juntamente com os textos para que fosse feita leitura prévia e, caso houvesse alguma dúvida, algum questionamento que pudesse ser esclarecido nessa reunião antes da deliberação. Abre aos conselheiros para os esclarecimentos de dúvidas. Dá boas vindas o Evans. Passa a palavra à conselheira Eliete. Diz que após apresentação, depois do envio e depois da leitura que fez do relatório em si, no dia 27, mandou 11 questões de dúvidas e, ao longo desse tempo, antes das reuniões, teve a devolutiva do Evans. Ainda ficou com algumas dúvidas e mandou hoje para o André que complementou. Diz que queria deixar registrado que não irá apresentar dúvidas porque já sanou no decorrer desse período. A palavra é passada à Nara, diz que em certas partes o material é didático, mas, diz, que a gente vê essa instabilidade no mercado financeiro e o André acabou de dar um exemplo, isso impacta no custeio de determinadas coisas em contratos. Diz que ainda têm mais um prazo aí pra frente até o envio para a Câmara, para consolidar os dados junto à Prefeitura e acha que o André a pode corrigir, pois não sabe exatamente, Gostaria de saber se não existe a possibilidade, os conselheiros deixando isso aprovado, de quando chegar a versão mais final, quando chegar a primeira de dezembro, se não tiver passado o prazo de envio, só ser apresentado a versão final. Diz que como já discutiram, vai ser uma ou outra mudança que possa ocorrer nesse meio tempo. Fábio diz à Nara que o prazo é até 30 de setembro. Diz que colocou o link para a Nara, a situação é a que o Evans passou, mas pode ter emenda como todo ano tem. André diz que é exatamente isso, tem todo um processo legislativo para isso, para aprovação pela Câmara até dezembro. Diz que, inclusive, o indicado é que a Câmara abra uma audiência pública também para tratar disso, então, André diz que fazem esse esboço como fizeram, apresentaram e encaminharam. Possuem esse processo legislativo que cabem as emendas, as alterações, tem a mensagem aditiva, emenda aditiva, emenda supressiva... É uma peça técnica. Diz ser até interessante essas perguntas porque, como a Eliete disse, ela esclareceu as dúvidas dela, dúvidas pertinentes inclusive, porque é uma peça confusa. A parte contábil e orçamentária é confusa porque você tem que ficar trabalhando em cima de receita e despesa, então você não pode projetar uma despesa muito maior do que aquela sua projeção do orçamento. Diz que, aí, você vai trabalhando dentro das rubricas orçamentárias, às vezes, você tem que fazer arredondamentos e o arredondamento pode dar, dependendo de como você escreve, dar a impressão inadequada de que é uma previsão para mais



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'Sandra', 'Evans', 'Nara', 'André', 'Fábio', and 'Eliete'.

ou para menos e na verdade é só uma questão de arredondamento que a gente está trabalhando com orçamento, então os números não devem ser quebrados. Mas é uma peça técnica e o importante é que na composição total as nossas rubricas de despesa e receita estejam equilibradas e, aí, o plano plurianual que é quadrienal, então está se falando da projeção de 2022-2025, ele será depois melhor tratado no caso da LOA porque se tem uma projeção quadrienal e se tem a lei orçamentária anual. André diz que a gente tem uma volatilidade muito grande do mercado e, infelizmente, com a questão da pandemia, dessa instabilidade política do país, diz que muito do que nós sofremos hoje não é uma questão econômica, é uma questão política, de falta de confiança, falta de segurança e, nesse aspecto, a gente não sabe como vai se comportar o ano que vem por ser ano eleitoral. Diz que estão falando de um quadriênio que envolve, a partir do ano que é eleitoral, 3 anos de uma possibilidade de uma nova gestão no país, na presidência da República, então dependendo do resultado da eleição, a gente pode ter um cenário melhor ou pior e isso, fatalmente, vai impactar nessa relação orçamento, finanças, contabilidade pública. Diz que fazem um exercício de projeção que é uma conta de louco, então pegam o que tem, fazem uma projeção, lembrando que existe todo um manual de contabilidade pública e tem todas as diretrizes da Secretaria do Tesouro Nacional, também tem todas as observações que são feitas pelo Tribunal de Contas que, por exemplo, tem as determinações do Fundeb, mas nem sempre o que vem de Brasília como possibilidade é o que é tratado a nível de Tribunal de Contas. Por exemplo, hoje, para quem assistiu à apresentação do Tribunal de Contas que não tinha relação com o orçamento, mas o secretário da diretoria geral do Tribunal de Contas comentou sobre a instabilidade que as decisões, muitas vezes políticas e até judiciais, tem causado nas demandas das cortes de contas como o TCE porque eles têm uma interpretação de como deve ser aplicado e de repente vem de cima para baixo uma nova normativa. Diz que essa instabilidade explica esse momento, então fazer um orçamento nesse momento que nós estamos é complicado. Diz que essa projeção orçamentária é o que entendem hoje com as premissas e diretrizes que possuem dentro da projeção de receitas e despesas do próximo quadriênio, é o que possuem de mais próximo da realidade. Diz que podem haver instabilidades que serão tratadas dentro das LOA's e nos momentos oportunos discutindo. Lembra que a gente está tratando agora da LOA 2022 e do PPA 2022-2025, mas o ano que vem, no momento oportuno, vamos tratar da LOA 2023 que é um esboço dessa projeção feita agora com essas eventuais alterações e explicações que podem existir. Então, diz que estamos num momento agora de discussão do PPA e da LOA 2022, se tiver alguma coisa que precisa ser alterada, embora tenham feito um trabalho aí de várias mãos para que não ocorra e que seja a projeção o mais próximo da realidade possível, ainda possuem tempo até a votação para fazer essas proposituras. Caso entendam que está adequado, ainda para os próximos anos, precisaremos estar acompanhando mesmo entendendo que é muito técnico, às vezes é difícil interpretar. Menciona uma dúvida da Eliete de hoje, sobre a projeção de despesas com pessoal, diz que parece conta de louco, você projeta para 2022 um percentual maior e pros outros 3 anos percentuais menores. Porque é maior e depois menor? André diz ser porque, na verdade, estão partindo do orçamento de 2022, então projetam o orçamento de 2022 com um impacto maior. Lembra que sempre projetam no primeiro ano do quadriênio essa perspectiva de PCCV, de dissídio, porque nos outros 3 anos você vai adequando o orçamento e, naturalmente, com valores projetados menores porque ele não tá a partir 2021 em que você projetou 2022 você já está partindo do orçamento de 2022 que você fez uma projeção maior dentro da adequação orçamentária para que os outros 3 anos esse impacto, mesmo sendo financeiramente maior, ele esteja adequado dentro dos percentuais previstos e isso é importante tanto para gestão orçamentária, contábil e financeira da Autarquia quanto para fiscalização do Conselho Fiscal, quanto para a ótica do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas. Lembra os alertas do Tribunal de Contas que

o Instituto recebeu dizendo que não estávamos cumprindo a meta de receita da compensação previdenciária porque quando foi feita a projeção para o exercício de 2019, a projeção que foi feita era com aquele montante de 2018 projetado pela FIPE, mas em cima do estoque acumulado. Aquele estoque ele foi acabando ao longo dos anos; de 2019 para 2020 a Secretaria de Previdência Social mudou o sistema de compensação previdenciária e criou o novo COMPREV e isso causou impacto, sendo que a maioria dos RPPS's, hoje, não está conseguindo aumentar o seu fluxo. Esse fluxo deve voltar a ser aumentado a partir de 2022 porque eles têm prazos a serem cumpridos, ou seja, uma projeção inadequada ou com uma previsão não atendida faz com que o Tribunal de Contas gere alertas quando essa projeção ultrapassa a margem de 10%. Diz que a gente precisa trabalhar muito próximo da nossa realidade e que essa alteração de valores para mais ou para menos fique dentro dessa projeção de 10% porque, do contrário, você tem que ficar fazendo explicação daquilo que, às vezes, não dá para explicar porque foi uma previsão errada. Então, basicamente, quando você vai fazer a projeção de um orçamento você analisa o hoje, a projeção, principalmente, no PPA para os próximos 4 anos de um país em que é muito difícil você fazer qualquer prognóstico para daqui 30 dias quanto mais pra daqui 48 meses, mas ainda assim você tem que fazer o exercício e registrar isso na forma de uma lei. Diz saber que é algo técnico, mas procurou traduzir um pouquinho as premissas que atuam quando se vai construir o orçamento, lembrando que constroem uma parte só, depois isso vai pra Prefeitura que faz a adequação do PPA com as informações da Autarquia e da Câmara dentro de uma projeção orçamentária despesa-receita do município. E isso se torna a LOA do ano seguinte e o PPA do quadriênio seguinte. Lembra que o próximo será de 2026 a 2029. Nara diz que o André abordou bem e ficou bem claro mesmo como acontece. Acha que precisam acompanhar mesmo todo esse processo, com certeza no meio do processo vão aparecer outras dúvidas, mas o que está lá de material enviado deu para acompanhar o raciocínio. Acha que, futuramente, uma mudança ou outra vai acontecer por questão técnica, por questões mesmo do cenário que nós estamos vivendo. Sandra coloca em deliberação o item e é aprovado com unanimidade pelos conselheiros.

Item 05. Assuntos diversos – A palavra é passada à conselheira Eliete que diz querer ver com o André sobre a enquete que acabou no dia 30, então acha que seria bom, considerando que teve esse levantamento, quais são os próximos passos em função da enquete realizada. Se vai ser viável fazer alguma capacitação para futuros servidores conselheiros online, presencial ou não será viável. A palavra é passada ao André, diz que possui 3 assuntos para falar e um deles seria esse mesmo que a Eliete questionou. Diz que gostaria de trazer as informações sobre a pesquisa que finalizaram e aí, realmente, ia falar sobre a questão do próximo passo. Diz que no período da pesquisa, se for pegar o período todo da pesquisa, tivemos 2704 interações ou visualizações no website, o que demonstra que os nossos segurados têm utilizado isso como ferramenta de consulta, de visualização e de informação. Pessoas que participaram efetivamente da pesquisa, tivemos 114. Das 2704 pessoas que entraram no nosso portal, 114 acessaram o link da pesquisa. Dessas pessoas, nós tivemos 55 que responderam que tem interesse em participar das próximas eleições como conselheiros ou membros da diretoria e 58 responderam que não. Houve uma visualização sem resposta porque o nosso link também permite a gente saber a pessoa que entrou e não respondeu, sem identificação da pessoa. Diz que das pessoas que responderam a nossa pesquisa, embora nós tenhamos mais pessoas que demonstraram não ter interesse que quem tem interesse, mesmo algumas pessoas sem interesse, acabavam respondendo a segunda etapa da pesquisa que era se gostaria de participar de algum curso conosco na área de abrangência, especialmente, nesse caso do CPA-10 e, se quisesse participar, qual seria o melhor ambiente: presencial ou virtual. Diz que tivemos, dessas pessoas, 28 pessoas que responderam que preferiam fazer um curso



presencialmente e o que perceberam, também, até por algumas consultas que o André mesmo teve no WhatsApp de segurados que estavam respondendo à pergunta e, como o pessoal não entende muito do que é CPA, embora tenham divulgado bastante matéria a respeito, algumas pessoas estavam interpretando que era, assim, qualquer tipo de curso voltado ao Pauliprev. Diz que as pessoas, infelizmente, não têm uma percepção que ele e os conselheiros têm do que é o RPPS. Diz que cabe a eles estarem explicando e, nos próximos anos, construir melhor essa questão da educação previdenciária porque é uma coisa que, independentemente de quem esteja no Instituto, André diz estar tentando deixar isso implementado com RH da Prefeitura porque acha bem importante reuniões setorizadas, segmentadas, dar sequência a sementinha que plantaram. Diz que 44 pessoas responderam que preferem virtualmente, ou seja, praticamente o dobro de pessoas que responderam ao questionamento se tem interesse, responderam que preferem virtualmente. Diz que isso os encaminha para a etapa de pensar em um curso virtual e 42 pessoas não responderam nada, nem que sim, em que não. Diz que, agora, começaram a etapa de pesquisa e de buscar cursos virtuais com menor custo possível para poder promover para os nossos segurados. Começaram a pesquisa de identificar qual, quanto, quando farão essa próxima etapa, mas ela já entra na programação das próximas semanas. Sandra diz ao André que, por experiência própria, de quem já está pela segunda vez no conselho, gostaria de sugerir se é possível fazer como foi feito das outras vezes em que tiveram cursos de CPA-10 com Ronaldo da LDB, que foram capacitações feitas de forma patrocinada, foram patrocínios de algumas empresas, de bancos, até de alguns que nós temos fundos. Diz que, se não lhe falha a memória, no último tiveram a participação do Bradesco. Sugere, então, se for possível, pleitearem um patrocínio e que uma dessas capacitações seja, se possível, que seja ministrada pelo Ronaldo porque achou ele bastante didático e, talvez por afinidade com a forma dele ministrar o curso de noções básicas de CPA-10, ele agregou bastante para ela quando ingressou. Diz que podem haver outros por aí no mercado tão bons quanto ele ou até melhores, mas acha que o Ronaldo tem uma didática, uma forma de expressar, de explanar boa e, de repente, ele por ter sido já parceiro do Instituto em outros momentos, ele acaba conseguindo vir e contribuir com esses novos servidores que demonstraram interesse. Diz que achou um número até que muito bom, ficou bastante contente. André diz que a sugestão da Sandra veio bem a calhar, tiveram muitos elogios do Ronaldo, das capacitações e acha que foi bastante produtivo. Diz que um dos feedbacks que tiveram, na época da capacitação, lá no final de 2018, início de 2019, antes das outras eleições, é que além da capacitação em si, depois de bastante tempo o Ronaldo ficou com um grupo aberto para elucidação de dúvidas e atualização porque algumas coisas estavam com mudança em relação à legislação. André diz que, embora esteja prevista na legislação, ainda não existe regulamentação e está rodando ainda uma minuta de certificação, mas que ainda não se efetivou e não sabem quando isso pode acontecer. Por experiência, diz que isso pode acontecer na próxima semana e pode acontecer daqui 2 anos. Diz que têm conversado sobre patrocínio e já trabalham com 2 frentes principais hoje, pensando na economicidade para a Autarquia. Diz que o custeio próprio só vai existir se não conseguirem ser atendidos por qualquer uma das 2 frentes: a primeira é conseguir um patrocínio e, conseguindo Patrocínio, precisam verificar quem seria o patrocinador e quem seria o patrocinado porque, às vezes, você tem um patrocínio para que alguém ministre um determinado curso e que não seja, efetivamente, por exemplo, o Ronaldo da LDB, mas que não deixa de ser uma alternativa e vão trabalhar isso de acordo com essa busca de patrocínios. Diz que uma outra alternativa é que alguns bancos promovem treinamentos em relação a certificação, hoje CPA-10, CPA-20, para os seus servidores, seus funcionários e, nesse aspecto, pode ser que alguma instituição financeira das quais nós temos vínculos com fundos de investimentos, ou até com administração da folha de pagamento, que possa nos oferecer um certo número de vagas para participação nesses eventos.

Essas duas situações não teriam custos pro RPPS que é o que estão buscando preliminar e principalmente. No momento oportuno, diz que começaram as tratativas porque precisavam disso e a tratativa do patrocínio já vêm pesquisando há mais tempo porque, independente de ser presencial ou virtual, é uma coisa que já têm buscado, mas hoje o mercado tá complicado, mas faz parte das perspectivas. Eliete diz que, nesse sentido, pode completar o que a Sandra falou, na época que o Ronaldo deu o curso, ele mesmo conseguiu patrocínio, diz não saber se a Sandra lembra disso. Sandra diz que lembra. Eliete diz que o Ronaldo já veio junto com o patrocínio e, se for uma proposta deles, talvez, ele próprio consiga um patrocínio. Sandra diz ser legal esse contato com o Ronaldo, ainda que o Instituto tenha encerrado o contrato com a empresa na qual ele presta serviço, mas sempre tiveram um relacionamento cordial e de parceria com ele e diz que sabe que o Ronaldo tem um carinho especial pelo Pauliprev, então acredita que vai ser um bom acesso. Passa a palavra à Nara, diz que viu que teve bastante gente tanto interessado, pelo que entendeu, a concorrer e os não interessados a concorrer também, mas em fazer o curso. Diz lembrar que fizeram em 2 momentos e está pensando que a quantidade é grande e como poderiam fazer, se vai ser de sábado, se vai abrir essa discussão de que se a Secretaria dispensa ou não para fazer o curso. Como que o André está pensando. Diz que, também, possuem a questão da gravação, hoje tem, pode ser gravado e disponibilizado o que também facilita. Gostaria de saber se o André já tinha pensado em alguma coisa, se vai ser a noite, se vai ter que usar o horário comercial que é o horário que tá todo mundo trabalhando mesmo. André diz que, em princípio, precisam identificar a plataforma que vão utilizar para dar esse treinamento porque na plataforma virtual que já identificaram, que vai ser um meio de acesso dos servidores para participar, abrem a possibilidade, por exemplo, das gravações. Diz que, a partir do momento em que definirem qual curso, com quem e qual a forma e a Eliete lembrou bem da questão do Ronaldo que é uma pessoa que continua participando, ele já foi assistente técnico da promotoria pública em algumas situações, é uma pessoa que mantém relacionamento com vários RPPS's ou como consultor ou como promotor de cursos. André diz que o Ronaldo tem uma interpretação de regime próprio de previdência social e tem um conhecimento de Paulínia que nunca descartam, ele é uma pessoa que o Instituto tem em alta conta independente de termos relacionamento comercial ou não. Diz que, primeiro, tratar dessas perspectivas: patrocínio, plataforma e, havendo plataforma, aí abrem a possibilidade e supõe que tenha que ser em horário comercial, dependem do número de interessados, do número de inscritos para, aí sim, pensarem numa eventual liberação. Diz que não sabe se seria o mais adequado se estiverem numa plataforma virtual, podem fazer isso em horários alternativos ou em dias alternativos porque é possível a disponibilização das vídeo aulas gravadas e o encaminhamento de perguntas no caso da falta de interação online no momento da apresentação. Diz que, por experiência própria, nunca vão conseguir agradar 100% porque mesmo que a gente pense em horários ou dias alternativos, a gente ainda vai ter o problema dos nossos plantonistas, por exemplo, o pessoal da saúde que trabalha em horário de 12x36h, eles não tem dia e horário, eles têm as folgas, eles têm plantão diurno e noturno, mas são escalas variáveis. Então promover uma aula no sábado para quem trabalha em horário administrativo pode ser o mais adequado, mas para quem trabalha na saúde pode faltar a possibilidade de participação da mesma forma. Assim como vai a correr à noite. Diz que precisam definir o quê e com quem, a partir disso é a distribuição da plataforma de participação do curso que é uma coisa que pensam e tem que ter essa perspectiva de que atendam ao maior número de pessoas durante a transmissão, mas que tenha a perspectiva da gravação da vídeo aula, da disponibilização e dessa interação a depender da disponibilidade do nosso segurado. Diz que se os conselheiros tiverem sugestões, que encaminhem para o Instituto. Diz ser difícil falar de quem ainda não sabem, mas falando da experiência que já tiveram, sabem que toda essa facilidade do que estão conversando terão com o Ronaldo. Diz que

estavam conversando, por exemplo, com o Santander a respeito de cursos que eles dão para os seus servidores, se poderia ser estendido a um certo número de vagas para o Pauliprev. Diz que ficam restrito ao que o Santander pode liberar: quando e de que forma. Aí, talvez, não tenham muita flexibilidade. Diz que, se a gente puder ter os 2, é melhor, a gente amplia o leque. Tem pessoas que podem ter interesse em fazer os 2 porque os conteúdos, embora sejam parecidos, a didática e a apresentação pode ser diferente. No momento oportuno, quando definirem, aí trará pra reunião do conselho e vão divulgar para as pessoas no nosso portal para que elas possam fazer a inscrição no momento adequado. André diz que, também, a gente tem que ter o *time* certo do treinamento porque a gente precisa ter certeza, por exemplo, se a gente vai promover o CPA, que o conteúdo esteja adequado para, pelo menos, a minuta da Secretaria da Previdência, que ainda está em discussão pra que, se houver uma mudança no nome da certificação, as pessoas estejam treinadas com aquela certificação tanto quanto porque a gente tem o CPA que é da Anbima, é o que está imposto pela lei 69 e na lei complementar 18. Existe já nessa minuta, e na previsão da portaria que saiu tratando das novas certificações, um conteúdo programático, então mesmo que o nome seja o CPA você vai ter que estar adequado dentro daquele conteúdo programático, então isso também a gente tem que tratar com o nosso treinador, com aquela pessoa que for promover o curso. Diz que tudo isso estão discutindo para pegar o time correto de quem está preparando. Nara diz que pensou exatamente por causa disso, porque esse ano, pelo que podem ver, o número é maior, vai ter mais pessoas, então essa questão do horário se torna, realmente, mais difícil. Diz que o que dá pra fazer é depois fazer uma pesquisa de quais horários livres as pessoas têm e qual a intensão, esse é pra concorrer ou se é para conhecimento porque se for para conhecimento, de repente você tem um Santander e tendo mais um patrocínio, dá pra fazer uma outra divisão do que está sendo ofertado, a pessoa que quer para conhecimento a didática é diferente daquela que vai fazer a prova, a coisa mais técnica. Sandra diz à Nara que acha que o curso tem que ser o mesmo porque, de repente, durante o curso, durante essa capacitação, desperta a vontade. Às vezes, a pessoa queria só pra conhecimento, mas que, de repente, despertou em si esse interesse maior e ela acaba tendo interesse em participar posteriormente. Acha que avaliarem se a pessoa quer participar ou se quer só conhecer é muito subjetivo, acha que o importante é que o servidor tenha o interesse, seja para conhecimento, para acompanhar o andamento do instituto, por exemplo, para assistir uma reunião e saber, pelo menos, o mínimo do que se está falando ou seja para ser um concorrente. Acha que o conhecimento tem que ser o mesmo porque se não vão ficar muito direcionado ao que um quer, ao que o outro quer, como o André disse, não vamos agradar 100%, mas se conseguirem atender aí, pelo menos, 80%, 85% das necessidades, acha que está de bom tamanho. Acha que as vídeo aulas, como são os ensinoss hoje a distância, é uma boa opção e a certificação, como o Ronaldo disponibilizava após o treinamento somente para aqueles que se inscreveram no link que vai ser disponibilizado e, aí, de repente, até eles, conselheiros, queiram assistir uma aula se a aula ficar lá gravada. Acha que isso é legal, é produtivo, não é um trabalho perdido. A palavra é passada ao Edson, diz que tudo é válido nesse momento pra falar em capacitação. O assunto está sendo a economicidade e o conhecimento, a técnica do Ronaldo abriu portas, falando de si mesmo. Diz achar importante deixarem claro também para os servidores que existe muito material bom na rede, muito material bom disponível para quem tem curiosidade e quer saber sobre o assunto. A palavra é passada à Eliete, dá uma sugestão ao André de plataforma, diz estar fazendo alguns cursos pela Hotmart, são aulas gravadas que você assiste quando você pode, quando você quer, existe um espaço para fazer perguntas, aí, o professor vai responder e, além disso, uma vez quinzenal, uma vez semanal tem mentoria online com o professor e todos os alunos. Diz ser uma plataforma bem legal. André pede para a Eliete enviar o link para que ele possa dar uma olhada depois. Diz ser uma boa sugestão. No contexto

Edson
Eliete
Sandra
Ronaldo
Fabio
RHS
E

que o Edson falou, diz que possuem material disponível nas redes, sabem que tem pessoas já estudando, mas tem uma preocupação. Diz que uma das coisas que precisam, e é uma coisa ele quer conversar, independente de ser patrocinado, e que ele já percebeu que tem diferenças, quando participaram com Ronaldo, na época diz que falou com o Ronaldo, não se trata apenas da gente explicar o que é o mercado financeiro para a pessoa passar na prova do CPA, que é, por exemplo, o direcionamento que um curso dado para servidores de banco tem, eles tem que se certificar num CPA-10, num CPA-20 para exercerem a função deles. No nosso caso, a certificação é um plus, é uma exigência legal, mas que não se resume aquilo. O treinador, o palestrante, quem for dar o curso tem que, também, incutir na cabeça dos candidatos que têm interesse a responsabilidade e o compromisso que esses servidores, nossos colegas, tem que ter com a gestão. Diz não se lembrar se foi na reunião passada ou na reunião retrasada que ele disse aos conselheiros da preocupação que ele tinha que algumas pessoas estavam entrando em contato para saber sobre a pesquisa e perguntar o quanto que ganhava. Diz que o objetivo não pode ser “o quanto eu ganho”, mas “o porquê eu ganho”, “eu ganho porque eu sou responsável ou ganho porque eu participo da gestão, eu ganho porque eu fiscalizo, eu ganho porque eu interajo, eu ganho porque eu cobro”. Diz que ele, como servidor, independente de estar ou não estar aqui, hoje, ele como servidor sente falta disso. Diz que não se importa com cobrança, com apontamento de erros e atende todo mundo que vem falar com ele. Diz que esse é o papel e o conselheiro ele tem que ter essa noção, o dirigente do RPPS ele tem que ter essa noção. A sua preocupação hoje é “o quanto eu ganho” com promessas de não serem cumpridas, por exemplo, sabem que tem pessoas aí que já disseram que estando no Instituto resolvem problemas de glosas, resolvem apontamentos de migração. Se isso fosse fácil, qualquer um resolvia, não passariam pelo que passam hoje. Diz que, principalmente, as pessoas que estão no conselho a mais tempo, que já participaram do conselho anteriormente como a Eliete, a Sandra, o Idu, a Nara, sabem o quão árduos foram os caminhos para chegar até aqui e pra ainda não conseguirem fazer tudo que queriam. O Edson, o Paulinho, a Sirlene, o Erick que são mais novos, o Fábio também tem bastante experiência, nos 2 conselhos inclusive, já nesses quase 2 anos e meio, já aprenderam também o quanto é difícil você se responsabilizar e entender de uma série de coisas. Diz que a sua preocupação é que os próximos conselheiros, os novos dirigentes do RPPS, eles tenham a noção do quão eles são responsáveis por cuidar dos nossos segurados porque, estar aqui, não se resume a dar aposentadoria e pensão para quem quer ou para quem mereça às vezes. Ou fazer com que o nosso dinheiro saia rendendo valores mirabolantes, que valores mirabolantes prometidos no passado a gente sabe o que resultou. Diz que, então, é ter a responsabilidade como fazer o certo e teve responsabilidade significa responder por isso. Uma das suas preocupações não é só no treinamento, mas qual é o treinamento, qual é a informação que esse candidato vai receber para poder concorrer conscientemente e fazer o melhor trabalho possível. Diz que aprender se aprende no dia a dia; labutar, ganhar experiência, é difícil que você tenha, mas você precisa ter noção de onde você está entrando, você não pode entrar pelo jeton, você não pode entrar porque você acha que você pode conceder uma aposentadoria para qualquer um que seja porque só faltam 15 dias. Diz que escuta isso: “só falta 15 dias de tempo pra mim, pode conceder não tem problema, depois que o tribunal de contas apontar pelo menos eu fiquei em casa 2 anos”. Diz que ele não pode, o Instituto não pode mais fazer isso e a sabem que isso aconteceu lá no passado. Precisam ter muito cuidado. Diz que parte desse treinamento tem que ter essa vertente, não é só a certificação pra participação, não é só a certificação que ele vai ter que adquirir depois dos 6 meses, é a responsabilidade de saber para o quê ele está concorrendo, por quê ele está concorrendo porque, naturalmente, os nossos caminhos nos próximos anos não se apresentam tranquilo, o caminho será árduo. O Instituto tem passivos ruins a serem apresentados, dependendo do resultado das próximas eleições, diz se preocupar muito não com o Pauliprev,



mas com os regimes próprios de previdência social espalhados pelo país e são mais de 2000. Diz que tudo isso as pessoas que entrarem aqui vão ter que estar acompanhando, isso faz parte também desse treinamento que estão buscando, não só a certificação do mercado financeiro, mas entender o que é ser conselheiro, o que é ser diretor presidente porque também ao diretor presidente vai caber a escolha dos seus colegas diretores, passados pelo crivo dos conselheiros. Diz que, por isso, as sugestões dos conselheiros são muito bem-vindas pela experiência de terem participado, não por um, mas por mais de um treinamento para chegarem onde estão hoje. A pessoa pode vir pelo jeton também, mas ele não pode vir só pelo jeton, é muito pouco pelo compromisso que precisam ter com o coletivo, com os nossos segurados. Diz que esperam dar sobrevida ao Pauliprev porque quando tratam o Instituto com responsabilidade, não estão tratando só do servidor, estão tratando dos servidores e da sua família, estão tratando da sociedade, estão ajudando o desenvolvimento da cidade. O Pauliprev fortalecido ele injeta dinheiro na forma do pagamento de aposentadorias e pensões. Sandra diz ao André que ele pode continuar com a palavra para tratar dos 2 informes que ele gostaria de trazer ao conselho. André diz que a empresa que hoje detém a gestão do software de folha de pagamentos informou que o valor que eles deram no contrato por ocasião do pregão estava impossível de ser mantido e pediram um aditamento em 25% para a manutenção do contrato. André diz que isso não é possível, o aditamento contratual com valor acima do índice de correção é apenas em um caso de aumento de trabalho e isso não aconteceu. Algo que nem permitiriam, então a empresa declinou. Diz que realmente o valor, se observarem o que está sendo tratado em nível de mercado, eles deram um valor muito baixo lá atrás. Suportaram por 2 anos, mas, acredita, que essas obrigações todas acessórias que têm sido criadas pelo governo federal trouxe um volume de trabalho e a empresa tem que contratar, enfim. Ela declinou da prorrogação contratual. André diz que estão fazendo todo o processo porque o Instituto não pode ficar sem a gestão da folha de pagamentos para que nós façamos um novo pregão. Pode ser que, terminado o processo, ele encaminhe previamente pro conselho tomar ciência dessa tramitação para a abertura de um novo pregão para que ratifiquem num momento posterior. Dado o lapso da necessidade a se realizar um pregão e não poderem ficar sem o sistema de folha de pagamentos, pode ser que tratem isso no grupo para depois ratificarem com clareza na reunião ordinária. A não ser que, no momento que tiverem as informações, o conselho queira tratar em uma reunião extraordinária. Diz que o segundo informe, para quem está acompanhando o mercado financeiro, estamos num momento em que estão percebendo que nas próximas semanas poderemos ter um aumento na remuneração dos títulos públicos. O tesouro nacional pode lançar, nos próximos meses, títulos públicos com rentabilidade de IPCA e índices acima dos 5%. Diz que já falaram sobre isso em reunião passada, não se concretizou na época, mas pode ser que surgindo isso que é lançado pelo Tesouro Nacional, é aberto um leilão e eles não ficam à mercê da nossa disponibilidade, mas sim dentro das criterizações que eles definem, então pode ser e, aí, é uma coisa que o André encaminhará aos conselheiros, que se surgir alguma possibilidade de investimento em título público, que é o que há de mais seguro, com índices que remunerem o nosso dinheiro acima da nossa meta atuarial, encaminhará uma solicitação para que discutam isso em reunião extraordinária na perspectiva que já combinaram: reunião extraordinária com encaminhamento prévio, com a participação dos conselheiros e do Comitê de Investimentos, para uma reunião conjunta para que a gente trate dessa questão. Diz que já discutiram, lá atrás, essa questão do IPCA mais 5, mas acha muito importante que sejam assertivos no momento. Diz que pode ser que aconteça, por exemplo, amanhã e precisem chamar uma reunião, respeitando o regimento das 48 horas, mas que não possa ficar para a próxima reunião ordinária. Sandra diz que tomara que lancem mesmo os títulos públicos, sabe que o Comitê e a Diretoria Financeira estão bem atentos a isso já faz tempo e gostaria de lembrar a todos que foram comunicados pelo Diretor

Financeiro Douglas dessa possibilidade que estava para aparecer. Sem saber precisar a data e em qual reunião, lembra-se que os conselheiros deixaram o assunto pré-aprovado para que fosse efetuada essa aquisição dos títulos públicos exatamente nesses valores, IPCA + 5%, que era o que passaria da meta e concordaram. Diz que em relação a respeitar o prazo de 48 horas para essa reunião extraordinária e correr o risco de perder um bom investimento, uma boa transação financeira nos dias de hoje, acha que o conselho pode ser colaborativo, compreensivo nesse caso. Em sendo de forma virtual, se for preciso os conselheiros dispensam as normas do regimento interno em exceção nesse momento, por se tratar de uma ação importante para o Instituto financeiramente. Diz que se necessário for, André pode avisá-la e chamarão uma extraordinária mesmo não conseguindo manterem o prazo de 48h, vai ser uma exceção. A palavra é passada ao Fábio, sobre a folha de pagamento, diz que está pra ser usado, até 2023, o SIAFIC, uma base de dados geral da Prefeitura, Câmara e Pauliprev. Pra quem for acompanhar, não será fácil. A palavra é passada à Eliete que pergunta ao André, sobre o Pró Gestão, se a próxima avaliação será no ano seguinte. E, se os termos para atingirem o nível 3 estão se encaminhando. André diz que o Instituto está certificado no Pró Gestão por 3 anos, durante esses 3 anos podem acontecer auditorias em qualquer ano para garantir que a gente esteja cumprindo todas as normas do nível que estamos, o 2. Diz que os próximos níveis, 3 e 4, precisam de algumas adequações legais e tem algumas discussões para alterar o manual. Principalmente, na questão de conselhos e tudo mais, existem umas discussões sobre, por exemplo, a questão da paridade. Tem que ser exatamente paritário e a presidência tem que ser ocupada por indicado do executivo. Mas já existem discussões no comitê do Pró Gestão de não existir um padrão no país sobre a composição dos conselhos. Fala que é paritário, mas não fala a quantidade por exemplo. Diz que existe em Brasília uma discussão para definir a quantidade, paridade e como isso ocorreria. André usa o Instituto de Indaiatuba como referência, diz que estão no mesmo nível do Pauliprev e não estão se esforçando para caminhar pro nível 3 por causa disso. O Pauliprev bateu 100% das conformidades para o nível 2, para o nível 3 o Instituto precisa de algumas adequações que não dependem só da gente. Diz que o comitê de Pró Gestão está com a discussão de 2 frentes: uma que se uniformize de uma forma que o Pró Gestão seja uma condição pra algum tipo de coisa, por exemplo, emissão do CRP. O que atrasou um pouco porque o comitê de Pró Gestão foi incumbido de definir o modelo da nova certificação e eles é que vão credenciar as empresas que serão as certificadoras, na mesma linha do que foi feito para as certificações do Pró Gestão. Com esse imbróglio todo que está acontecendo em Brasília, inclusive, de mudança novamente de Secretaria de Previdência e Trabalho para Ministério de Previdência e Trabalho, a coisa ficou um pouco confusa. Diz que os próximos passos do Instituto serão as certificações de nível 3 e 4, mas no momento oportuno, precisarão sentar e conversar pra ver se vale a pena tentarem se certificar nos próximos níveis dependendo da obrigatoriedade que vier porque pode ser que precisem de adequação legal e essa imposição de que o presidente seja indicado pelo Executivo é uma coisa que, particularmente, André não concorda. Diz que hoje têm tido algumas imposições que vêm de cima pra baixo que ele acha um pouco temerária. Eliete pergunta se o nível 2 foi adquirido esse ano, André diz que sim e estará válido até 2024. André diz que a pessoa que ele deixou encarregado de fazer esse controle é o Controlador Interno, quem concentra todas as informações na ótica do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas. Diz que muitas das coisas do Pró Gestão se confundem com o Tribunal de Contas hoje, inclusive, os Tribunais de Contas, principalmente o de São Paulo, tem questionado os RPPS's sobre coisas que não estão na legislação e só tem no Manual do Pró Gestão, então a pessoa mais adequada, no Pauliprev, ele entendeu ser o Bruno. Acha que no próximo ano serão alinhadas as questões de certificação e a partir de 2023 deve haver um novo Manual. Diz que a Secretaria de Previdência ainda não alinhou a quantidade de conselheiros, que eles tratam

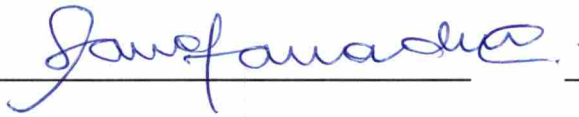
como conselho de deliberação o administrativo e de fiscalização o fiscal, porque não possuem certeza se podem, fora de Manual, determinar que o ente siga essa determinação porque existe a dúvida se eles podem invadir a competência do ente local que é o Instituidor do RPPS, portanto dos seus conselhos, para delimitar o novo número de conselheiros ou não. A partir do momento que eles tiverem essa segurança, eles devem fazer isso. A palavra é passada ao Fábio, diz que em relação ao que a Eliete comentou do Pró Gestão, hoje lembrou durante a apresentação da live, uma nota que eles dão aos RPPS's do estado de São Paulo, de 219 RPPS's há 4 com nota "A. Paulínia está com nota "C". Fábio diz que pesquisou o nível de certificação do Pró Gestão dos Institutos com nota "A", estão com nível II. Diz que, como o André falou, uma coisa não está conversando com a outra, o Federal não conversa com o Estadual. Diz que fazem o que está no Pró Gestão e, aí, não atendem o Tribunal de Contas do Estado. Diz ser complicado demais. André diz que exemplificando o que o Fábio falou, diz que o IGEPREV não diz respeito apenas ao RPPS, as informações são do ente da Federação. Há 3 segmentos de perguntas que são respondidas em relação ao manual do IGEPREV, a parte que é respondida pela Prefeitura, a parte respondida pela Câmara e a parte respondida pelo Pauliprev. Qualquer desconformidade nas respostas jogam o índice pra cima ou pra baixo. E exemplifica algumas situações. Diz que uma preocupação que possuem a bastante tempo e, hoje, o Fábio deve ter ouvido o Diretor Geral falar, não basta mais os RPPS's, no caso do IGEPREV, informarem ao município sobre o que o município tem que fazer pra resolver o déficit atuarial, o Tribunal de Contas vai questionar o que foi feito. Diz que uma decisão política faz, no caso do Pauliprev, com que não consiga ascender a letra "B" ou a letra "A". Diz ser muito complicado porque podem ter o mascaramento de informações previdenciárias que levem um Instituto que não está nem certificado no Pró Gestão a ter uma nota do TCE maior que a de Paulínia que estão tentando resolver os problemas que herdaram. A exemplo, o aumento do déficit atuarial não foi um ato dessa gestão. André diz que cumpriram a lei, fizeram o Censo, impactaram o custeio das leis que nunca foram impactadas, de 2008 a 2018. E isso trouxe um reflexo financeiro. Faz uma analogia com um atendimento médico, diz que estão identificando o problema para tentarem criar o curativo, a solução curativa. O Tribunal de Contas só está enxergando o problema. Diz que acha que isso puxa o índice do Instituto pra baixo. Diz que queria deixar isso claro porque se não, jogam os índices perdidos e parece ser um problema de gestão, quando não é um problema de gestão atual e sim de gestão municipal, de tudo o que o Pauliprev carrega de 2001 até hoje. Diz que esse índice foi criado em 2018 e passou a ser computado a partir de 2019. Nara diz que essa política de classificação de instituto não é diferente da política de classificação educacional. Ficam presos "aquilo" que "aquele" grupo quer para classificar como bom ou ruim e não ao que está dando certo. Diz que se mudam os espaços, mas a maneira de querer dominar e não ver o que está dando certo de verdade dentro de um local é a mesma em todos os lugares. Fábio diz que, na semana passada, enviou um link aos conselheiros do R7 dizendo que a reforma da previdência tem itens que são inconstitucionais. Diz que, como o André falou, imaginem o município fazer tudo isso, implementar e depois "cair", uma loucura.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

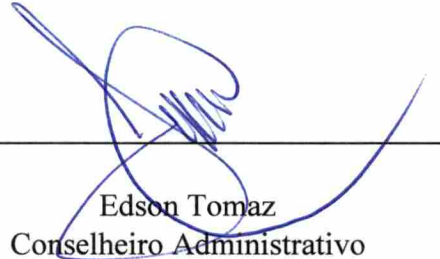
Término às 20:01h.

Paulínia, 04 de outubro de 2021

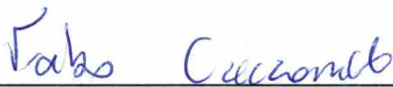
Solter
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



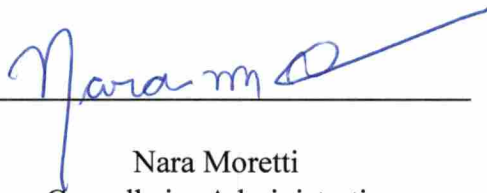
Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



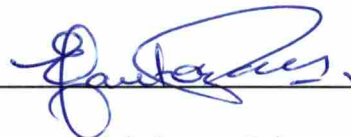
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



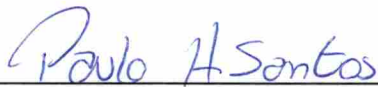
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antonia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa

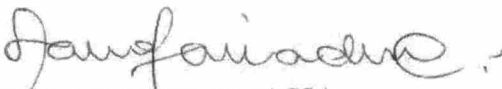
PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 04/10/2021 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/09/2021;
- 2) Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de locação de computadores utilizados pelo Instituto, com término do termo atual em 02/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (A2 Works);
- 3) Deliberação sobre a ratificação para prorrogação do contrato com a empresa prestadora de serviços para captação, leitura e envio de recortes eletrônicos de Diários Oficiais, tanto em âmbito estadual quanto federal, serviço de leitura e clipping eletrônico em todos os estados da federação, com término do termo atual em 29/11/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente (GRIFON);
- 4) Deliberação sobre a ratificação da apresentação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2022 e o Plano Pluri Anual do período de 2022/2025;
- 5) Assuntos diversos

Paulínia, 30 de setembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo